

Missionários americanos vão ser expulsos do Brasil

Ronaldo Brasiense

BOA VISTA — Missionários protestantes norte-americanos e canadenses, principalmente, omitiram deliberadamente dezenas de mortes entre grupos indígenas brasileiros, manipularam dados de saúde e, por isso mesmo, serão expulsos de áreas indígenas do país. As missões religiosas estrangeiras que atuam em reservas indígenas em todo o território nacional estão sob forte investigação.

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Sídney Possuelo, com base no relatório enviado a Brasília na semana passada pela antropóloga Dominique Gallois, da Universidade de São Paulo, já decidiu expulsar a missão americana Novas Tribos (New Tribes) da área indígena Cuminapanema, dos índios poturus, no oeste do Pará. Os poturus, que vivem isolados, com o conhecimento da Funai, tiveram as terras invadidas por missionários da New Tribes. Os missionários entraram na reserva sem autorização da Funai e vinham omitindo mortes de índios por doenças pulmonares, típicas de pós-contato com o branco.

Manipulação — Em Roraima, no extremo norte do Brasil, a situação se repete: a Missão Evangélica da Amazônia (Meva) manipulou dados sobre casos de malária entre os índios ianomânis, do subgrupo Sanumá, na região de Auaris, na Serra Parima, a poucos quilômetros da fronteira com a Venezuela.

— Quando perguntávamos se a situação na área estava sob controle, os missionários nos diziam que não havia qualquer anormalidade — recorda o médico Oneron Pithan, coordenador da Fundação Nacional de Saúde em Roraima. — Depois fica-

mos sabendo que os ianomânis de Auaris enfrentaram o maior surto de malária em todos os tempos, com mais de 20 óbitos que não foram informados — acrescenta.

Em Auaris, de 1º de abril a 26 de junho deste ano, equipes médicas da Fundação Nacional de Saúde examinaram 748 índios ianomânis e maiongongues. Destes, 436 estavam com malária, 210 com anemia e 228 com desnutrição. Os missionários, americanos e canadenses, tinham omitido a gravidade da situação de saúde dos índios daquela região.

— A Funai perdeu o controle sobre a situação das missões religiosas em áreas indígenas — reconhece a antropóloga Maria Auxiliadora Cruz Leão, assessora de Sidney Possuelo. — Agora, vamos rever todos os convênios firmados com missões religiosas, sem exceção — garante.

A Polícia Federal, acionada pelo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, também está trabalhando para saber a real situação das missões religiosas em áreas indígenas, principalmente na Amazônia. O próprio ministro Passarinho denuncia que, em muitas dessas missões, há geólogos atuando em levantamentos minerais nas áreas de atuação da missão.

Proselitismo — Embora os convênios firmados com a Funai estabeleçam que os missionários estrangeiros têm de abrir mão do proselitismo religioso quando estiverem atuando em áreas indígenas, a Funai tem constatado que, na grande maioria dos casos, isso não ocorre. Em Roraima, a Missão Novas Tribos do Brasil e a Missão Evangélica da Amazônia (Meva), ambas protestantes, fazem um permanente trabalho de catequese, exigindo que os índios

As missões no território ianomani



- 1 — Missão Salesiana
- 2 — Missão Novas Tribos
- 3 — Consolata
- 4 — Missão Evangélica da Amazonia (Meva)

abandonem seus deuses e tradições. A Meva vem, mesmo, traduzindo a Bíblia para a língua ianomâni.

— Começamos nosso trabalho fazendo um levantamento dos missionários que estão em situação irregular — lembra Maria Auxiliadora Leão. — Nossa posição oficial está definida: vamos avaliar o trabalho missionário em todas as áreas indígenas e os danos causados à cultura dos índios pelo proselitismo religioso.

Entre os índios ianomânis, que cultivam o hábito da pajelança e em seu ritual fúnebre consomem a cinza dos seus mortos cremados em um

mingau de banana, a Meva atua nas regiões de Auaris, Palimiu e Mucajai, enquanto a New Tribes está implantada nas áreas Toototobi, Aracá e Marari — essas duas últimas no Estado do Amazonas.

A Igreja Católica, com seus missionários, atua na área Catrimani através da Ordem Consolata, enquanto missionários salesianos há mais de 40 anos trabalham com os índios tucanos, baniuas e ianomânis em todo o alto Rio Negro e na missão Maturacá, no Vale da Neblina, numa região de difícil acesso. As missões religiosas da Igreja Católica

também serão investigadas, embora o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em seus estatutos, assegure que abre mão da evangelização dos índios para seguir determinação do Concílio Vaticano II.

— Na área Catrimani, os missionários católicos atuam com seriedade e nem celebram missa — constata o médico Oneron Pithan, que conhece profundamente o trabalho de todas as missões religiosas que atuam nas reservas ianomânis em Roraima.

Os convênios com a Meva e New Tribes para atuar entre os índios ianomânis foram firmados quando presidia a Funai o pernambucano Romero Jucá Filho, mais tarde nomeado governador biónico de Roraima.

— São convênios que não servem para os índios — garante Maria Auxiliadora Leão, mostrando que a Funai também vai investigar a atuação da New Tribes na reserva indígena Vaiami, no Amapá, perto do Parque do Tumucumaque, e verificar até que ponto as missões religiosas que atuam entre os índios caiuás-guaranis, em Dourados, Mato Grosso, são responsáveis pelos inúmeros suicídios entre os índios da região nos últimos três anos. Para executar esse trabalho, Sídney Possuelo está reativando a área de pesquisa de campo da Funai, reagrupando antropólogos encostados pelas administrações anteriores. A Polícia Federal vai investigar também a atuação da Congregação Asas do Socorro, uma empresa de táxi-aéreo que presta serviços exclusivamente às missões evangélicas que atuam em terras indígenas. Há denúncias de que as Asas do Socorro utilizam seus aviões para fazer contrabando de minério.

Missões já estiveram sob investigação

As missões religiosas estrangeiras já estiveram sob investigação na década de 80. Devido ao acúmulo de acusações de que os missionários estrangeiros atuavam também em pesquisa mineral, até mesmo elaborando mapas geológicos da região onde trabalhavam, o ministro do Interior no governo do general João Figueiredo, Rangel Reis, decidiu expulsar todas as missões das áreas indígenas, sem fazer exceção para as do Instituto Linguístico Summer.

Os convênios entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e as missões religiosas foram reativados no governo José Sarney, quando Romero Jucá Filho, depois governador biónico de Roraima, presidia a Funai. O Instituto Summer atua no mundo inteiro traduzindo línguas indígenas. Quando aprendem a língua dos índios, os missionários ensinam os indígenas a ler e escrever em sua língua-mãe. Atualmente o Summer vem trabalhando junto aos índios guajajaras, do sul do Maranhão, no município de Arame. Os missionários linguistas promovem cursos entre os índios, diplomando alguns deles como instrutores. Geralmente, o Summer traduz a língua dos índios brasileiros deixando uma forte marca inglesa.

Malária já matou 64 índios

A malária, doença transmitida pelo mosquito anofeles, também conhecida como maleita, já provocou 64 mortes entre os índios ianomânis de Roraima apenas neste ano. A presença de milhares de garimpeiros nas áreas indígenas é contribuição decisiva para o aumento do número de casos. De janeiro a maio deste ano, apurou a Fundação Nacional de Saúde (FNS), cerca de 3.843 ianomânis contraíram malária, enquanto 982 casos foram detectados entre garimpeiros que atuam nas reservas indígenas. E o que é mais grave: os casos da malária tipo *falciparum*, mais mortal, chegam a 1.813, contra 1.848 casos do tipo *vivax*, mais brando. Houve ainda 182 índios atingidos pela malária mista (*falciparum* + *vivax*).

— A situação é de extrema gravidade — alerta o médico Oneron Pithan, coordenador da FNS em Roraima. — Dos 10.056 casos de malária registrados no estado de janeiro a maio deste ano, 4.825 tiveram origem nas áreas indígenas ianomânis.

A malária, segundo Pithan, responde por 70% dos óbitos registrados este ano entre os ianomânis. Houve ainda 6,5% de óbitos por insuficiência respiratória, 4,7% por desnutrição, 4,7% por febre indeterminada ou hemorragia, 3,1% por acidente ofídico (mordida de cobra) e 11% por outros motivos.

A própria Fundação Nacional do Índio (Funai) contribuiu para o aumento do número de casos de doenças entre os ianomânis ao transferir o posto que mantinha na área Paapiú, transferido pelo sertanista Sebastião Amâncio para a foz do Rio Couto de Magalhães.

— A desculpa para transferir o posto era evitar invasões de garimpeiros pelo Rio Mucajai — acusa a médica Ivone Menegola, da FNS. — Ocorre que, com a mudança, os ianomânis do Paapiú ficaram completamente abandonados.

Ivone Menegola, que já havia realizado o trabalho de saúde no Paapiú no ano

passado, ficou assustada com o que viu este ano.

— Morreram mais sete índios, não nasceu nenhuma criança e não há nenhuma índia grávida, o que é alarmante — denuncia.

No Paapiú, onde existem apenas dois barracos e uma pista de pouso coberta de lama e capim, as equipes médicas da FNS encontram dificuldade para trabalhar, pois recebem ameaças de um garimpeiro conhecido como *Gauchinho*, que está criando uma criança ianomâni e vem sustentando a comunidade com gêneros alimentícios. O garimpeiro já ameaçou os técnicos da FNS e vem possibilitando a invasão das pistas de pouso Caveira-1, Caveira-2 e Rangel, destruídas com dinamite na primeira fase da Operação Selva Livre.

Tuberculose — “Os índices de tuberculose também são dramáticos”, denuncia Ivone Menegola. Há mais de 30 índios em tratamento na Casa do Índio de Boa Vista e nas aldeias, e 12 casos sob investigação. No Paapiú, dos 169 índios examinados pelos médicos da FNS, 168 estavam anêmicos, 65 desnutridos, 19 com infecções de pele e 10 com infecções respiratórias. A situação mais tranquila é a da aldeia Demini, liderada pelo cacique Davi Copenaua Ianomâni. Lá, dos 75 índios examinados, apenas três estão com malária e não há casos de anemia ou desnutrição. Davi Copenaua, que ganhou o prêmio Global-500 da Organização das Nações Unidas (ONU) no ano passado, não permite a presença de garimpeiros na reserva indígena que comanda.

A situação mais dramática ocorre na reserva indígena Auaris, no alto Parima, onde atua a Missão Evangélica da Amazônia (Meva). Da população de 1.165 índios, 748 foram examinados pela FNS. Destes, 436 estavam com malária, 210 com anemia, 228 com desnutrição, 159 com cáries dentárias, cinco em coma malárico e um com malária cerebral.



Família de índios ianomânis: com a vida ameaçada



Um chimarrão na Amazônia

Contratado pela Fundação Nacional do Índio (Funai), o médico gaúcho Oneron Pithan chegou a Boa Vista, em 1987, cheio de sonhos. Ele vinha para tratar da saúde dos índios das seis etnias que existem em Roraima. Receberam um choque na chegada: as reservas ianomânis estavam sendo invadidas por milhares de garimpeiros. Por muito tempo, Pithan foi o único médico contratado pela Funai para atender a 35 mil índios. Quatro

anos depois, Oneron Pithan não perden vários hábitos, como o chimarrão. Ganhou, em contra-partida, seis malárias e a nomeação para coordenar a recém-criada Fundação Nacional de Saúde no estado. “Já recebi até ameaças de morte, mas vou até o fim”, afirma Pithan, que chefiava atualmente uma equipe integrada por 60 pessoas responsáveis pelo tratamento da saúde dos ianomânis.

Protestantes deixam reserva

Protestantes da Missão Evangélica da Amazônia (Meva) que mantinham base na reserva ianomâni Auaris, no alto Parima, em Roraima, praticamente abandonaram todas as instalações da região, deixando no local apenas uma professora brasileira. Após o surto de malária que atingiu mais de 400 índios ianomânis na área, os missionários americanos voltaram a Boa Vista e muitos retornaram aos Estados Unidos.

Para evitar o agravamento da situação de saúde na área da missão, o coordenador da Fundação Nacional de Saúde em Roraima, médico Oneron Pithan, conseguiu que o bispo de Boa Vista, Dom Aldo Mongiano, cedesse duas freiras da diocese para atuar em Auaris. As Irmãs Efigênia e Guiomar foram treinadas em microscopia para atuarem em exames de malária entre os ianomânis de Auaris.

— Os missionários protestantes são de um fanatismo religioso impressionante — denuncia Carlos Zacquini, italiano, desde 1963 em Roraima, fundador da Comissão pela Criação do Parque Ianomâni (CCPY, a sigla é com Y porque eles utilizam o código antropológico universal relativa aos indígenas). Zacquini atua entre os índios ianomânis da área Catrimani, onde também há uma missão da Ordem Consolata, da Igreja Católica.

Carlos Zacquini recorda que, ao visitar a área indígena Toototobi, onde está a Missão Novas Tribos do Brasil, foi recebido pelos protestantes aos gritos de “Vade retro, Satanás”. Os protestantes promoviam cultos religiosos entre os índios, desprezando a cultura milenar indígena, denuncia Zacquini.

Chuva ameaça sucesso da Operação Selva Livre

Aviões não podem voar para salvar aldeias ianomânis

O inverno amazônico, com fortes chuvas diárias, é o maior entrave ao sucesso da Operação Selva Livre para a retirada de milhares de garimpeiros das áreas indígenas ianomânis e destruição das pistas de pouso clandestinas. Na semana passada, os técnicos da Funai e da Fundação Nacional de Saúde enfrentavam um problema grave: havia a necessidade de transportar vários índios ianomânis doentes, com malária e tuberculose, principalmente, das aldeias para a Casa do Índio de Boa Vista. Mas o mau tempo impedia que aviões fossem às aldeias para a operação resgate.

— Enquanto estiver chovendo não poderemos pousar em Auaris — lamentava o piloto Carlos Alberto Costa, da Funai.

Em Auaris, aldeia ianomâni, a pista de pouso construída pelos missionários americanos, com 1.100 metros, estava operando com apenas 500 metros. Um imenso atoleiro aberto no meio da pista impedia o pouso de aviões maiores. A pista de Auaris só poderá ser consertada no verão, a partir de dezembro.

As chuvas intensas que caem so-

bre todo o Estado de Roraima poderão atrasar a terceira etapa da Operação Selva Livre, que vem sendo elaborada em todos os detalhes pelo novo presidente da Funai, Sídney Possuelo, e pela Polícia Federal. Amanhã, segunda-feira, Possuelo e Romeu Tuma estarão no Palácio do Planalto para apresentar ao presidente Fernando Collor, ao lado do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, todo o plano de ação da Operação Selva Livre.

A estratégia está praticamente definida: para evitar confronto com os garimpeiros, a Polícia Federal deverá distribuir panfletos explicativos — que serão jogados de avião sobre as pistas clandestinas que estejam em operação — alertando os garimpeiros para a necessidade de se retirarem das áreas indígenas a curto prazo. Posteriormente, todos os postos de abastecimento serão instruídos a não fornecer combustíveis aos pilotos que atuam nos garimpos. As decolagens de aviões serão controladas com rigidez e os aviões apanhados em território indígena serão confiscados.

Numa outra fase, Funai e Polícia Federal iniciarão a retirada dos garimpeiros que insistirem em permanecer: serão levados de volta a Boa Vista. Com o auxílio de helicópteros da Força Aérea Brasileira

(FAB), a Polícia Federal iniciará, então, a destruição das mais de 100 pistas clandestinas com explosivos. Ao contrário do que ocorreu nas duas primeiras fases da Operação Selva Livre — quando se gastou mais de Cr\$ 1 bilhão sem resultados práticos —, desta vez a Funai quer instalar postos de fiscalização nas pistas destruídas para evitar sejam recuperadas.

Vamos pleitear que o governo federal leve de volta para seus estados de 5 mil a 6 mil garimpeiros, pois não é justo acabar com os garimpos e deixar um problema social para o estado — protesta o minerador Elton Ronelht, secretário de mineração de Roraima. — Só devem ficar em Boa Vista os garimpeiros que tem residência fixa — acrescentou.

A única pista da área indígena apta a receber grandes aviões, como os Búfalos da FAB, é a do Pelotão Surucucus. Por isso, haverá a necessidade de se ter vários helicópteros à disposição para que a Operação seja vitoriosa. Em conjunto com a Operação Selva Livre, oito equipes da Fundação Nacional de Saúde irão se embrenhar nas aldeias indígenas para tratar dos índios. Quase 4 mil ianomânis foram atingidos por malária apenas de janeiro a junho e a tendência atual da doença é que a incidência aumente

Collor mandou dinamitar pistas mas nada mudou

BOA VISTA — Quando o presidente Fernando Collor visitou o Pelotão Especial de Fronteira de Surucucus, do Exército, construído com recursos do Projeto Calha Norte, oito dias após tomar posse, em março de 1990, fez questão de dar um sobrevoo para observar a pista clandestina Homoux rebatizada pelos garimpeiros como Jeremias, e ficou impressionado com a devastação causada na área pela garimpagem: centenas de árvores derrubadas, córregos e rios poluídos por mercúrio e assoreados.

O presidente não pôde ver que as predatórias barracas de lona abrigavam índios ianomânis atingidos por malária, pois havia garimpeiros na pista e assessores o desaconselharam a pousar. Nesse dia, acatando uma sugestão do diretor da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, o presidente Collor autorizou a dinamitação das pistas. Via-se nisso uma solução definitiva para salvar os ianomânis do genocídio amplamente denunciado no exterior. O secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, que estava ao lado do presidente, também aprovou a medida.

Um ano e três meses depois, pouca coisa mudou. Na pista Jeremias, que fica a 10 minutos de voo do Pelotão Surucucus, há mais de mil garimpeiros

atuando e as mesmas barracas de antes continuam servindo de ambulatório improvisado para atender os ianomânis doentes. Mais de 20 pistas clandestinas destruídas com explosivos nas duas primeiras fases da Operação Selva Livre foram reativadas. Centenas de índios, famintos e desnutridos, perambulam pelas pistas dos garimpos clandestinos implorando um pouco de comida. A maioria das roças dos índios não existe mais. A caça escasseou, a pesca tornou-se um exercício de paciência com os rios totalmente contaminados pela sujeira vinda dos garimpos e a vida para os índios, de lá para cá, só piorou.

— Na realidade, os garimpeiros nunca saíram das áreas indígenas — atesta a médica Ivone Menegola, da Fundação Nacional de Saúde, que nos últimos dois anos, além de ter tido maleita três vezes, circulou pela maioria das aldeias ianomânis tratando os índios doentes de malária, tuberculose, onconcerose e outras doenças que os atacaram após a invasão garimpeira. Que se consolidou a partir de 1987.

Na reserva Paapiú, onde o ex-presidente da Comissão de Aeroportos da Amazônia, brigadeiro Otomar de Sousa Pinto (atual governador de Roraima), construiu ampla pista de pouso por onde a invasão se consolidou, os garimpeiros hoje dão as cartas. Todo o Vale do Caveira, como é conhecida a região de serras após o Paapiú, está tomada de garimpeiros. As pistas clandestinas Caveira-1, Caveira-2 e Rangel operam normalmente.